

Entre a diplomacia e a História: a atuação de Estanislao Zeballos frente ao Panamericanismo

Camila Bueno Grejo*

Recibido: 04 de agosto 2021

Dictaminado: 10 de noviembre de 2021

Aceptado: 10 de diciembre de 2022

RESUMO

A existência de uma relação estreita entre diplomacia e vida intelectual foi um traço marcante, durante o século XIX, na América do Sul, principalmente no período posterior aos movimentos de independência e em seu final, momento em que homens de letras, acadêmicos e especialistas em direito tiveram um papel de destaque na elaboração e na reflexão sobre a política exterior de seus países. Neste artigo, analisamos as relações entre a Argentina e os Estados Unidos em sua dimensão diplomática, cultural e intelectual, considerando como objeto central a análise da atuação de Estanislao Severo Zeballos (1854-1923) entre os anos de 1889 e 1908.

Palavras chave: *Pan-americanismo, Argentina, Estados Unidos, Zeballos, diplomacia.*

* Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil. Correo electrónico: camila.grejo@ufes.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0181-3914>.

Também é autora do livro “Escrita em ação: intelectuais e nação na *Revista de Derecho, Historia y Letras (1898-1916)*”, fruto de sua tese de doutorado e do artigo “Hispanismo e identidade nacional nas páginas da *Revista de Derecho, Historia y Letras*”.

Between diplomacy and history: the performance of Estanislao Zeballos in the face of Panamericanism

ABSTRACT

The existence of a close relationship between diplomacy and intellectual life was a striking feature during the nineteenth century in South America, especially in the period after the independence movements and at their end, when men of letters, academics and specialists in law had a prominent role in the elaboration and reflection on the foreign policy of their countries. In this article, we analyze the relations between Argentina and the United States in their diplomatic, cultural and intellectual dimensions, considering as a central object the analysis of the performance of Estanislao Severo Zeballos (1854-1923) between 1889 and 1908.

Key words: *Pan-americanism, Argentina, United States, Zeballos, diplomacy.*

Entre la diplomacia y la historia: la actuación de Estanislao Zeballos frente al Panamericanismo

RESUMEN

La existencia de una estrecha relación entre la diplomacia y la vida intelectual fue un rasgo llamativo durante el siglo XIX en América del Sur, especialmente en el período posterior a los movimientos independentistas y al final de los mismos, cuando los hombres de letras, académicos y especialistas en derecho tuvieron un papel destacado en la elaboración y reflexión acerca de la política exterior de sus países. En este artículo analizamos las relaciones entre Argentina y Estados Unidos en sus dimensiones diplomáticas, culturales e intelectuales, considerando como objeto central el análisis de la actuación de Estanislao Severo Zeballos (1854-1923) entre 1889 y 1908.

Palabras clave: *Panamericanismo, Argentina, Estados Unidos, Zeballos, diplomacia.*

A existência de uma relação estreita entre diplomacia e vida intelectual foi um traço marcante, durante o século XIX, na América do Sul, principalmente no período posterior aos movimentos de independência e em seu final, momento em que homens de letras, acadêmicos e especialistas em direito tiveram um

papel de destaque na elaboração e na reflexão sobre a política exterior de seus países. Neste artigo, analisamos as relações entre a Argentina e os Estados Unidos em sua dimensão diplomática, cultural e intelectual, considerando como objeto central a análise da atuação de Estanislao Severo Zeballos (1854-1923) entre os anos de 1889 e 1908.¹

Naquele período, a Argentina passava por definições nos âmbitos da política interna e externa. Internamente, a elite dirigente buscava conformar as bases de uma identidade nacional, capaz de incorporar os imigrantes e que se afastasse da herança criolla e gaucha; e, externamente, em delimitar as fronteiras nacionais e assegurar a preponderância argentina diante dos países vizinhos e sua liderança no sul do continente.

A relação com os Estados Unidos demanda atenção especial, uma vez que, no final do século XIX, foi um dos fatores chave para a redefinição da identidade regional latino-americana. A transformação desse país em uma potência havia inaugurado uma nova etapa no campo das relações internacionais, marcado pela competição e controle dos mercados internacionais. Diante disso, a partir de 1889 tomou forma o Pan-americanismo vinculado à política externa dos Estados Unidos, projeto em torno do qual foram realizadas as Conferências Pan-Americanas de Washington (1889-1890), do México (1901-1902), do Rio de Janeiro (1906), de Buenos Aires (1910), de Santiago (1923), de Havana (1928), de Montevideú (1933), de Lima (1938) e de Bogotá (1948), na qual foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA). Nesse contexto, a proposta de integração pan-americana repercutiu, em muitos países latino-americanos e, especialmente na Argentina, como uma forma de consolidar a hegemonia dos EUA sobre o restante do continente.

Para além das Conferências Pan-americanas, no início do século XX, o presidente Roosevelt apresentou uma reinterpretação da Doutrina Monroe, conhecida como “Corolário Roosevelt”. A Argentina representou forte obstáculo para a conformação de uma identidade pan-americana nos moldes propostos pelos EUA e, no final do século XIX, o recém constituído Estado nacional ostentava o monopólio de força legítima, afirmado na derrota das dissidências provinciais; foram sancionadas as leis laicas de educação e registro civil, que passaram às mãos estatais o controle da população até então dividido com a Igreja Católica.

¹ Neste período, Zeballos ocupou, em três oportunidades, o cargo de Ministro das Relações Exteriores da República Argentina: nos governos de Juárez Celman (1889-1890), Carlos Pellegrini (1891-1892) e de Figueroa Alcorta (1906-1908), além de ter marcado sua trajetória política e intelectual com a publicação da *Revista de Derecho, Historia y Letras* e com a participação no jornal *La Prensa*, contribuindo para a construção de sua reputação como profundo conhecedor das questões diplomáticas e do direito internacional.

Na pesquisa de campo que realizamos no Ministério das Relações Exteriores argentino encontramos vasta documentação acerca dessa temática e que se relaciona ao projeto de identidade internacional delineado pela Argentina, especialmente por Estanislao Zeballos. Nossa hipótese é a de que se configurava, na Argentina, um projeto de diplomacia cultural que extrapolava o viés político, mas que, ao menos inicialmente, indica uma certa oposição ao clima de “Paz Armada” que se configurava no sul do continente americano. Nesse contexto, destacamos a construção de um “latinoamericanismo à Argentina”, e buscamos delinear os motivos desse ímpeto não ter encontrado a acolhida esperada, marcando as adesões e rechaços ao mesmo.

Cabe ressaltar a necessidade deste tipo de produção historiográfica, particularmente nos tempos atuais, levando em conta a progressiva integração regional que tem ocorrido no interior do continente e o distanciamento que os países latino-americanos têm estabelecido em relação aos Estados Unidos, à OEA (Organização dos Estados Americanos) e, de forma geral, aos organismos tradicionalmente ligados ao sistema interamericano dominado historicamente pela hegemonia norte-americana. Destacamos a inexistência de trabalhos sobre a temática proposta, especialmente no Brasil, o que corrobora a importância desta pesquisa para a ampliação das discussões nos âmbitos histórico, político e diplomático entre os dois países.

O período que analisamos também se configurou como um momento importante e balizador das relações interamericanas, marcado pela iniciativa de uma união do hemisfério americano proposta pelos Estados Unidos a partir do Pan-americanismo, cujo ponto de partida se deu com a reunião da Primeira Conferência Pan-americana. É necessário indagarmos, portanto, acerca da forma como se manifestava a inserção internacional e a política exterior Argentina, especialmente sua relação com a Casa Branca, em sua atuação nas Conferências Pan-americanas no momento em que o país do sul era incorporado plenamente à economia mundial capitalista. Por isso, entendemos as Conferências Panamericanas² como um âmbito privilegiado para observar como os Estados Unidos tentaram se impor sobre os demais países americanos e apresentamos, no decorrer do texto, algumas reflexões acerca da visão de Estanislao Zeballos sobre as tentativas de aproximação empreendidas pelos Estados Unidos em relação à América Latina, especialmente à Argentina.

Além das fontes comumente utilizadas, como a documentação da chancelaria Argentina, entendemos que é possível acompanhar sua ação na política externa por meio da análise de jornais e escritos da época, especialmente os artigos publicados na *Revista de Derecho, Historia y Letras (RDHL)*, sem perder de vista a dimensão cultural, reforçando a ideia de que, dessa forma Zeballos

² Iniciativas como a ALCA e a OEA não são recentes e remontam ao final do século XIX e às Conferências Pan-americanas.

contribuía para o desenvolvimento de uma diplomacia cultural na Argentina, mesmo em momentos que esteve alijado de cargos políticos.

INTELECTUAIS, DIPLOMACIA E A UNIÃO AMERICANA

Em vários momentos importantes da história da América Latina, tanto no século XIX quanto no XX, foi importante o protagonismo de intelectuais como representantes diplomáticos. Escritores, ensaístas, historiadores e romancistas ocuparam cargos em legações europeias e norte-americanas, o que era favorecido pelo fato de que, para além de sua atuação política, os cargos diplomáticos requeriam o talento com as palavras, o que nos permite destacar a função polivalente exercida pelos intelectuais/diplomatas.

Entretanto, o envolvimento dos intelectuais com a diplomacia não pode ser analisado apenas por pertencerem aos círculos de alta cultura de seus países. Seguindo a perspectiva aberta por Carlos Marichal e Alexandra Pita, entendemos a necessidade de se repensar o âmbito da história cultural das relações internacionais como um local onde se cruzam os caminhos de historiadores, internacionalistas, politólogos e sociólogos, a fim de problematizar a análise do sujeito de estudo por meio de um enfoque mais complexo.³

Nesta mesma linha, Juan Pablo Scarfi⁴ sustenta que as contribuições da história intelectual, cultural e transnacional têm levado a discussões acerca do papel da cultura na diplomacia, especialmente quando se analisa a maneira como os intelectuais participaram do processo de formação de uma burocracia internacional para os estados, com a organização de ministérios, embaixadas e consulados.

A maior parte dos trabalhos que leva em conta as relações internacionais - em sua dimensão diplomática, cultural e intelectual - produzidos no continente americano tem sido focada nos vínculos e na interação entre a América Latina e os Estados Unidos ou, em menor medida, entre América Latina e Europa. Nesses sentido, é importante destacarmos o contraste entre a grande quantidade de trabalhos consagrados a examinar ditos vínculos e interações - principalmente os escritos literários, políticos e científicos de viajantes - e o reduzido número de estudos que se disponham a analisar as relações entre os diversos países sul-americano, tal como temos buscado fazer.

³ Marichal y Pita, "Algunas reflexiones sobre la historia de los intelectuales/diplomáticos latinoamericanos en los siglos XIX y XX. *Introducción al dossier Intelectuales y diplomacia en América Latina*", p. 99. Para estes autores, isso explicaria o surgimento da história cultural das relações internacionais, a qual busca renovar a história diplomática somando-a à dimensão cultural.

⁴ Scarfi, "La emergencia de un imaginario latinoamericanista y antiestadounidense del orden hemisférico...", pp. 81-104.

Se o campo da produção intelectual e cultural tem sido objeto de investigação quase exclusiva de críticos literários como Ángel Rama e Julio Ramos, e de historiadores das ideias como Leopoldo Zea e Arturo Ardao,⁵ a diplomacia e a política exterior tem se constituído em um campo de interesse de uma historiografia diplomática mais específica, dentro da qual cabe destacar: *Relações Internacionais dos Países Americanos*, organizado por Amado Cervo e Wolfgang Döpcke; *Conflito e Integração na América do Sul – Brasil, Argentina e Estados Unidos: da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)*, de Luiz Muniz Bandeira; *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e Interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*, de Luis Claudio Villafañe G. Santos e *Pan-Americanismo e projetos de integração: temas recorrentes na história das relações hemisféricas (1826-2003)*, da autoria de Clodoaldo Bueno, assim como os de Gustavo Ferrari e Alberto Conil Paz, *Política externa argentina (1930-1962)* e, mais recentemente, *Vecinos en conflicto. Argentina y Estados Unidos em las Conferencias Panamericanas (1880-1955)*, de Leandro Morgenfeld. Em outras palavras, notamos uma divisão no que diz respeito à produção acerca das relações internacionais e transnacionais na América Latina: de um lado há a história das ideias e a crítica literária, dedicadas a questões culturais e intelectuais e, por outro, a tradição da historiografia diplomática.

Em nosso trabalho, consideramos as produções historiográficas que tomam como objeto as relações entre os países americanos partindo de uma perspectiva voltada à preocupação com os aspectos culturais das relações interamericanas. Esse é o caso do conjunto de ensaios intitulado “Close encounters of empire”⁶ e 1998, obra que, como destaca um de seus organizadores, Joseph Gilbert, teve a preocupação de redimensionar o espaço da cultura na discussão sobre o imperialismo norte-americano. Seguindo essa mesma perspectiva, Barbara Weinstein assinalou a necessidade de recolocar a América Latina como sujeito de sua própria história no que se referia a repensar a história das relações interamericanas.⁷ Com esse olhar, tais relações passaram a ser entendidas a partir do conceito de circulação cultural, o qual propõe a impossibilidade de compreender a história da América Latina sem levar em conta a importância dos Estados Unidos nesse processo e vice-versa; entretanto, devemos atentar às assimetrias encontradas nas relações entre os países americanos, assim como para os desníveis de poder.

⁵ Ardao, *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*, p. 112.

⁶ Gilbert; Legrand y Salvatore, *Close encounters of empire: writing the cultural history of U.S.-Latin American Relation*, p. 49.

⁷ Weinstein, “Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional”, pp. 13-31.

Entendemos, portanto, que o Pan-americanismo não deve ser pensado apenas a partir de seus aspectos políticos e econômicos,⁸ mas, também, dos culturais, os quais são de suma importância para compreender a dinâmica dessas relações. Nesse sentido, dialogamos com o trabalho da historiadora brasileira Kátia Gerab Baggio intitulado “A outra América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas” (1998) que, ao analisar a produção de intelectuais, literatos e diplomatas brasileiros na Primeira República, buscou identificar as visões sobre o Pan-americanismo e sobre a América Hispânica, sublinhando a importância do tema no debate intelectual do final do século XIX e início do XX.

Outrossim, ideias que defendiam a construção de uma cooperação continental na América não eram uma novidade no final do século XIX. O período que se seguiu aos movimentos de independência foi marcado pela iniciativa de Simon Bolívar, em 1824, ao convocar os países do continente para um Congresso no Panamá.⁹ Reunido em 1826, foram debatidos mecanismos de cooperação entre as recém formadas nações americanas com o intuito de, conforme propuseram Manuel Belloto e Ana Maria Corrêa (1983), servir de conselho em grandes conflitos, de ponto de contato nos perigos comuns, de fiel intérprete nos tratados públicos quando ocorressem dificuldades e de conciliador das diferenças entre os povos.

Ao longo daquele século, tal premissa permeou alguns dos debates e ações em torno da construção de projetos de identidades continentais. A noção de uma união americana foi apropriada como um dos principais pilares da diplomacia continental, configurando-se em um instrumento de defesa da soberania e da igualdade jurídica dos Estados, que deveria se constituir nos princípios legitimadores das relações internacionais do continente. Entretanto, convém observar que, apesar da retórica da solidariedade hemisférica e da consequente igualdade entre soberanias, ocorriam sucessivas intervenções dos Estados Unidos em diferentes nações, sobretudo, na América Central e no Caribe, contribuindo para que, do ponto de vista prático, a cooperação continental ficasse praticamente restrita às formulações teóricas. Tal fato se explica, para além de certa desconfiança em relação aos reais interesses da política externa estadunidense, pelo próprio ambiente de rivalidade regional que marcava as relações entre as repúblicas sul-americanas.

⁸ Destaco, nessa vertente, historiadores com trabalhos importantes ligados à história diplomática como Clodoaldo Bueno, Amado Luis Cervo, Moniz Bandeira, Paulo Roberto de Almeida e Luis Claudio Villafañe Santos, sendo os dois últimos, diplomatas de carreira do Itamaraty.

⁹ Este Congresso contou com a participação da Colômbia, Venezuela, Equador, Chile, Argentina, Peru, México e América Central.

A Doutrina Monroe (1823) fora dotada, inicialmente, de um conteúdo preventivo frente às potências europeias e suas intenções de intervir ou colonizar territórios do continente americano e não traduzia, em primeira instância, uma intenção dos Estados Unidos sobre o restante do continente. Naquele contexto, segundo Paula Bruno,¹⁰ olhares como o de Sarmiento, com clara inspiração toquevilliana, apontavam os Estados Unidos como uma nação avançada política, social e economicamente a servir de exemplo aos demais países do continente americano. Mas o cenário da passagem do século XIX ao XX era diferente. Ao estabelecer a paz interior em seu território, a atenção dos EUA dirigiram-se ao restante dos países americanos e implantaram as bases para exercer o controle sobre eles. Assim, por volta de 1870, com o fim da Guerra Civil, o crescimento econômico do país e a modernização das estruturas produtivas, voltaram seus olhos para América Central, do Sul e região do Caribe.

A política exterior da Casa Branca com foco na América Latina estava centrada, desde o final do século XIX, na estratégia de consolidar o domínio econômico e político na região a partir da constituição da União Panamericana. Por isso, a relação que os demais países americanos estabeleciam com os Estados Unidos merece atenção especial, já que, no final do século XIX, foi um dos fatores chave para a redefinição da identidade regional latino-americana. Ainda seguindo a perspectiva de Paula Bruno, entendemos que o país do Norte havia se transformado em uma potência, inaugurando uma nova etapa no campo das relações internacionais marcadas pela competição e controle dos mercados internacionais. Tereza Dulci (2008) chama a atenção ao fato de que, a partir de 1889 tomou forma o Pan-americanismo vinculado à política externa dos Estados Unidos, projeto em torno do qual foram realizadas as Conferências Pan-americanas de Washington (1889-1890), do México (1901-1902), do Rio de Janeiro (1906), de Buenos Aires (1910), de Santiago (1923), de Havana (1928), de Montevideú (1933), de Lima (1938) e de Bogotá (1948), na qual foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA). Nesse contexto, a proposta de integração pan-americana repercutiu, em muitos países latino-americanos e, especialmente na Argentina, como uma forma de consolidar a hegemonia dos EUA sobre o restante do continente.

De acordo com Clodoaldo Bueno,¹¹ os Estados Unidos viviam um período de plena ascensão imperialista, notadamente marcada por sua atuação na Guerra Hispano-americana, pela instauração da Emenda Platt, pela criação do Panamá e pelo Corolário Roosevelt. Bueno ainda atenta à reação da imprensa europeia que denunciava as pretensões imperialistas comerciais norte-americanas na América Latina e a consequente exclusão do comércio europeu com a região.

¹⁰ Bruno, “Estados Unidos como caleidoscopio. Ensayo sobre ...”, p. 13.

¹¹ Bueno, *Do Idealismo ao Realismo: Brasil e Cone Sul ...*, pp. 71-82.

Para o historiador e diplomata brasileiro Luis Cláudio Villafañe Santos,¹² a identidade entre os países americanos se viu abalada pela posição peculiar dos Estados Unidos, pois a ideia de excepcionalidade e superioridade das instituições estadunidenses esteve presente desde a fundação da república e traduziu-se em um forte sentimento de supremacia em relação a seus vizinhos ibero-americanos.

O sul do continente, por sua vez, apresentava um contexto de rivalidades geopolíticas marcado por disputas territoriais, corrida armamentista, tendência à formação de alianças e contra alianças. A formação de blocos regionais era uma preocupação constante das Chancelarias do continente, as quais viam, em sua união, um instrumento importante para bloquear as intervenções estadunidenses, especialmente no mundo hispano-americano. Estas alianças pretendiam atuar como elementos aglutinadores para uma resistência continental, mas não chegaram a representar uma unidade política da região, uma vez que a aproximação de dois Estados estimulava a formação de um bloco contrário, como medida preventiva à ruptura do equilíbrio político.

Neste quadro, a Argentina perseguia sua integração ao mercado mundial que se encontrava em plena expansão, preocupação presente desde a consolidação do Estado nacional, em 1880. Imigrantes, capitais —sobretudo ingleses— e comércio estiveram no centro deste cenário e transformaram o país em protagonista de um dos mais espetaculares processos de expansão da história do capitalismo. O crescimento econômico experimentado no final do século XIX e mantido durante a primeira década do XX, inspirou seus dirigentes a desempenhar uma missão civilizadora na América Latina, demarcando sua hegemonia sobre a região. Fora do continente, as atenções estavam voltadas para a Europa, sobretudo direcionadas à Grã-Bretanha, e mostravam-se reativas às pretensões norte-americanas de aumento de influência sobre o hemisfério, sob a égide do pan-americanismo.

Eduardo Zimmerman¹³ analisou as consequências sociais do processo de modernização e expansão econômica tão estimulados pelos homens do final do século XIX na Argentina, entendendo que a questão social foi interpretada não apenas como um conjunto de problemas objetivos e quantificáveis em estatísticas sociais e econômicas, mas como um desafio intelectual de grande importância, pois constituía-se num elemento chave para as transformações políticas e ideológicas que ocorriam na Argentina daquele período. O autor identificou a existência de várias correntes reformistas, como a católica e a socialista, mas destacou a atuação dos intelectuais pertencentes à corrente reformista liberal, a qual caracterizava-se por alguns traços distintos: eram profissionais (médicos ou advogados), com forte vocação para a vida intelectual e vinculações ou

¹² Villafañe Santos, *A América do Sul no discurso...*, p. 37.

¹³ Zimmerman, “Los intelectuales, las ciencias sociales y el ...”, p. 546.

participação ativa no mundo acadêmico; ideologicamente foram liberais de firmes convicções progressistas, frequentemente anticlericais; suas posturas frente à solução da questão social se dirigiram à busca de um caminho entre o *laissez-faire* ortodoxo e o socialismo de Estado; suas posturas reformistas com relação ao social basearam-se no legalismo, isto é, na convicção de que a política parlamentar era o âmbito próprio para a busca de soluções para o conflito social, no cientificismo, que acentuaria a importância das ciências sociais como guias da política estatal e, por fim, em um enfoque internacionalista que procurava adaptar às condições locais os numerosos precedentes estrangeiro sobre o tema e inserir a questão do reformismo argentino nas instituições internacionais a ele dedicadas.

A classe dirigente que governou o país coincidia, portanto, nas fórmulas adotadas para promover a prosperidade econômica, mas divergia a respeito de outros assuntos. Segundo Paradiso,¹⁴ no plano interno, o motivo principal de disputa era a legitimidade do próprio regime e as alterações para sua reforma, enquanto no campo da política exterior, as diferenças se articulariam em torno da equação Europa-Estados Unidos, da tramitação dos conflitos interestatais e do modo de entender os interesses nacionais. Essa divergência podia ser percebida, portanto, em conceitos bastante opostos em relação ao interesse nacional, à condução da política exterior, à paz e à guerra. Os debates suscitados colocaram frente a frente os idealistas e os realistas, os pacifistas e os belicistas, os que defendiam a prioridade do comércio e os partidários da política de poder e influência.

Os defensores da solução negociada das controvérsias e da moderação nas despesas militares tinham a seu favor o ideal de prosperidade econômica e a gestão de interesses internos e externos associados a ela. Esta era, por exemplo, a posição de Roca, quem considerava necessário preservar o clima de paz e ordem que permitisse ao país dedicar todo seu esforço à mobilização dos elementos da riqueza.¹⁵ A manifestação mais eloquente desse predomínio foi a adesão da diplomacia argentina aos procedimentos de arbitragem. O país tinha recorrido a eles para resolver disputas fronteiriças com o Paraguai e o Brasil, obtendo, nas duas vezes, resultados desfavoráveis, e os havia consagrado em tratados específicos com Uruguai, Brasil, Chile, Itália e Estados Unidos.

Partindo de uma postura oposta, segundo o historiador Roberto Etchepareborda,¹⁶ existia um grupo de dirigentes que adotava posições típicas da “escola realista de relações internacionais”. Estes se sentiam respaldados pela experiência histórica e pelos seus julgamentos sobre a inalterabilidade da natureza humana. Ainda de acordo com esta perspectiva, aqueles homens eram

¹⁴ Paradiso, *Um lugar no mundo. A Argentina ...*, p. 23.

¹⁵ *Ibid.*, p. 43.

¹⁶ Etchepareborda, *Historia de las...*, p. 101.

influenciados pelos paradigmas da política bismarckiana, pelas doutrinas sobre o poder naval do almirante Mahan ou por ideias que tinham na legitimação das práticas imperialistas por países centrais a fórmula para ensinar a lógica do poder e a funcionabilidade da potência militar.

Zeballos, o expositor mais conspícuo desta corrente, sustentava:

A vida das nações modernas não é uma Arcádia. É feita de choques de interesses, de perigo, de previsões sábias. Os países que, por covardia do espírito público ou por lirismo de seus estadistas, tenham sonhado que lhes é possível viver fora da regra universal, isto é, sem armamentos proporcionados, fariam bem em abdicar de sua soberania, ingressando como colônias inermes das grandes potências. Mas os povos viris, por mais mercantis que sejam (como os Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra o ensinam), devem aceitar resolutamente o ônus pecuniário e o trabalho que a militarização dos tempos lhes impõe, sem outros limites a não ser os do exercício nacional, aconselhados pelos seus recursos e pelas suas necessidades.¹⁷

Na interpretação de Gustavo Ferrari, Zeballos propagava um tom belicista que via a necessidade de uma política externa austera, especialmente em relação aos assuntos sul-americanos.¹⁸ Partidário da “política de poder”, proclamava a necessidade de uma orientação americanista ou continental, entendida, fundamentalmente, a partir da intervenção ativa nos assuntos relativos à região do Pacífico. Referindo-se à Guerra do Pacífico,¹⁹ Estanislao Zeballos argumentava ser um dever fundamental do governo fazer uma política sul-americana viril, de viseira levantada e que o Chile soubesse, pelas palavras claras da chancelaria argentina, que a sorte da soberania do Peru e da Bolívia era a própria sorte da soberania da Argentina. Completava, ainda, afirmando que seu país não consentiria que aquelas nações fossem agredidas ou mutiladas, porque não toleraria novas expansões chilenas, uma vez que também representariam um perigo à civilização argentina.

O caráter belicista de Estanislao Zeballos ficou evidente em sua terceira atuação no Ministério das Relações Exteriores, especialmente nas medidas adotadas em relação ao Brasil. Boris Fausto e Fernando Devoto caracterizam o campo das relações internacionais que envolviam o Brasil e a Argentina como uma dupla via com ligações entre si, formada, de uma parte, pelo papel desempenhado no mundo e, de outra, pela posição de cada um deles

¹⁷ Zeballos, “Consejeros y defensores del Estado”, p. 297.

¹⁸ Ferrari, “Prólogo”, p. 47.

¹⁹ A Guerra do Pacífico foi um conflito que envolveu o Chile, por um lado, o Peru e a Bolívia, por outro, levando a Bolívia a perder sua saída para o mar e à incorporação do sul peruano ao norte chileno, especialmente pelo interesse na exploração do salitre.

no continente americano, especialmente no Cone Sul.²⁰ Para os autores, ambos os países apresentavam semelhanças na posição ocupada no contexto internacional, pois eram periféricos com escassas possibilidades de encontrar um espaço ao lado das potências. A Argentina estava ligada ao capital inglês na área do comércio exterior, dos investimentos e dos empréstimos internacionais, enquanto o Brasil, nas últimas décadas do Império, realizava uma política de gradativa aproximação com os Estados Unidos, país que demonstrava, cada vez mais, seu interesse em desempenhar um papel hegemônico na América e ter maior presença no cenário mundial.

AS CONFERÊNCIAS PANAMERICANAS E O DISCURSO

ANTI NORTE-AMERICANO

A Argentina constituiu-se no país latino-americano onde os intelectuais diplomatas fizeram-se portadores de um discurso anti-norteamericano que, apesar de contar com certos componentes literários modernistas, era dotado de um caráter diplomático e legalista baseado em uma interpretação sofisticada e nostálgica da história diplomática latino-americana e especialmente, do próprio país.

Tradicionalmente, a oposição dos países latino-americanos aos Estados Unidos foi estudada, tanto no campo da literatura, quanto no da história intelectual e cultural, a partir da perspectiva lançada pela obra *Ariel*, do escritor uruguaio José Enrique Rodó, portadora de uma interpretação cultural e idealizada do imperialismo norte-americano. Trata-se, porém, de uma abordagem que limita a compreensão da natureza e das implicações desse imperialismo, resultando em análises mais simplistas e superficiais sobre a política exterior dos EUA e seus complexos interesses em relação aos demais países americanos.²¹

Uma historiografia mais recente sobre o anti-imperialismo e o anti-americanismo vem ganhando os espaços acadêmicos nas Américas. Pesquisadores voltados à história intelectual e cultural da América Latina têm revisitado as ideologias e imaginários anti-imperialistas e suas repercussões continentais, dedicando atenção especial às redes intelectuais que se formavam em torno dessas ideologias e movimentos de ideias, às correntes espiritualistas, teosóficas e indigenistas. A maior parte dos trabalhos, no entanto, tem se concentrado nas décadas de 1920, momento em que a ideologia anti-imperialista teria se popularizado e expandido de forma massiva na América

²⁰ Fausto; Devoto, *Brasil e Argentina. Um...*, p. 227.

²¹ Oscar Terán tem destacado os limites destas análises. Ver: Terán, “El primer antiimperialismo latinoamericano”, pp. 85-97.

Latina, principalmente na Argentina, com a eclosão da Reforma Universitária, iniciada em 1918.²²

Scarfí assinala que, ainda que sempre tenha existido uma literatura de longa data nos Estados Unidos sobre o antiamericanismo na América Latina, nos últimos anos, sobretudo após o 11 de setembro de 2001, a temática ressurgiu como tema central despertando interesse público e acadêmico. Nesse contexto, uma nova literatura começou a florescer naquele país, transcendendo o antiamericanismo especificamente latino-americano.²³

De qualquer forma, podemos afirmar que o imperialismo –e a crítica a ele– tem ocupado um lugar privilegiado nos debates sobre a identidade latino-americana, promovendo reflexões sobre o outro (estrangeiro, yanqui etc.) e exercendo um papel importante nas formas de auto interpretação de si próprio (seja latino, hispânico ou ibero-americano).

Essa discussão se faz muito pertinente em nosso trabalho, pois no final do século XIX, as relações com EUA contribuíram para a reconfiguração da identidade regional latino-americana. Sua emergência como potência, coincidiu com uma nova etapa das relações internacionais, fortemente marcada pela busca de controle dos mercados internacionais. No marco deste cenário, o expansionismo territorial norte-americano avançava enquanto sentimentos nacionalistas, apoiados na ideia do “Destino Manifesto” se consolidavam no interior do país.

Conforme assinala Tulio Halperin Donghi, a partir da década de 1880, as inversões norte-americanas começaram a fluir em grandes quantidades para a América Latina, o que era favorecido pelo fato de não existirem mercados financeiros consolidados nestas nações.²⁴ Como corolário desta nova posição assumida pelo país do norte, suas intervenções em outros países do continente passaram a ser moeda corrente em distintas conjunturas: frente a problemas limítrofes, quando algum país latino-americano não liquidava suas dívidas com o exterior (fossem estas contraídas com uma potência europeia ou com os próprios EUA), ou em momentos em que considerasse necessário estabelecer ou sanar a ordem política e a paz interna. Seguindo essa perspectiva, Luís Cláudio Villafañe Santos complementa que os Estados Unidos iniciaram um esforço, ainda em curso, de integração dos mercados do continente, marcado pela ofensiva diplomática sob a égide do pan-americanismo, em consonância com os movimentos pan-germanista e pan-eslávico.²⁵

²² Dentre esses autores, destacamos Alexandra Pita González (2009), Eduardo Devés Valdés e Ricardo Melgar Bao (2007), Daniel Kersfeld (2007), Martín Bergel (2010) e Laura Ehrlich (2007).

²³ Scarfí, “La emergencia de un imaginario latinoamericanista...”, cit., p. 83.

²⁴ Halperin Donghi, *Historia contemporánea...*, p. 292.

²⁵ Villafañe Santos, *A América do Sul...*, cit., p. 39.

Contudo, foi a Guerra hispano-americana (1898) que orquestrou a mudança de percepção dos países latino-americanos em relação aos Estados Unidos que passou a ser visto como uma ameaça por seu expansionismo e intervencionismo no Caribe e na América Central. Estas medidas eram vistas com desconfiança e incredulidade por políticos e intelectuais de alguns países americanos (como o caso dos argentinos Estanislao Zeballos, Ernesto Quesada e Roque Saenz Peña), ao mesmo tempo que EUA buscavam institucionalizar suas relações com a América Latina baseados nos princípios do Pan-americanismo.

Há uma forte tendência historiográfica que considera o pan-americanismo como uma forma de consolidar a hegemonia dos EUA sobre o restante do continente.²⁶ Para além disso, o pan-americanismo se mostrou como um espaço fértil para a apresentação de diferenças e reivindicações, por isso, destacamos a importância das Conferências Pan-americanas que, mais do que um espaço de conflito, podem ser vistas como um local de diálogo e de articulação das diferenças. Sobre isso, Norberto Ferreras argumenta que, por mais que os Estados Unidos tentassem controlar as reuniões ou as tomassem como um espaço de demonstração de seu poder, não significa que este fosse o resultado final das mesmas.²⁷ Naquele espaço, o resto dos países da região tinham a oportunidade de negociar as condições existentes quando se opunham às iniciativas estadunidenses.

Como afirma Leandro Morgenfeld, os governos argentinos foram, na maioria dos conclaves americanos, um obstáculo para o Projeto de Washington.²⁸ As conferências pan-americanas são uma das áreas privilegiadas para observar como os Estados Unidos tentaram se impor como potência hegemônica na região, limitando a interferência nela por outros países europeus e outras potências capacidade extracontinental e latino-americana de estabelecer blocos ou alianças que limitaram o poder americano. O sistema interamericano era um dos cenários regionais onde se manifestaram as lutas interimperialistas e os conflitos entre países centrais e dependentes que caracterizaram este período. A atuação argentina nas conferências constitui um aspecto marcante de sua política externa e a forma particular pela qual ele se relacionou com as potências europeias para tentar dificultar o projeto norte-americano.

A primeira Conferência Pan-americana foi realizada em Washington, entre outubro de 1889 e abril de 1890, e marcada pelo debate entre os interesses regionais causando preocupação aos representantes britânicos no Rio da Prata que vislumbravam a possibilidade de que os interesses norte-americanos se voltassem à região.

²⁶ Berger, “Civilizing the South: The US Rise ...”.

²⁷ Ferreras, “El Panamericanismo y otras ...”, p. 160.

²⁸ Morgenfeld, *Vecinos en conflicto...*, p. 9.

Nesse contexto, o interesse estadunidense de estender sua influência do Caribe em direção ao Sul e do Pacífico rumo ao Atlântico foi obstaculado pela oposição desempenhada pela Argentina, país que se opunha à tutela de Washington e mantinha fortes relações com a chancelaria britânica. Segundo Ferreras, a principal preocupação centrava-se na proposta dos EUA de criação de uma zona de comércio comum a todas as Américas, o que foi interpretado pelos ingleses como um atentado à sua posição econômica na região, principalmente no Cone Sul.²⁹

Enquanto chanceler no governo Celman e ainda no contexto da Conferência de Washington, Zeballos assumiu uma postura firme - manifestada em sua atuação periodista e diplomática - de que a Argentina cooperaria com os EUA desde que o predomínio norte-americano sobre a organização não violasse a soberania das nações latino-americanas.³⁰ O ambicioso programa norte-americano para a Conferência incluía importantes propostas econômicas, entre elas a criação de uma união aduaneira, projeto este que ameaçava os vínculos tecidos entre Argentina e a Europa.

A delegação argentina, instruída por Zeballos, fora integrada por Roque Saenz Peña e Manuel Quintana e atuou de forma combativa rechaçando as propostas estadunidenses³¹ o que, na visão de Gustavo Ferrari, “levou a pique o programa norte-americano e fez com que, nas Conferências³² que se seguiram, os Estados Unidos propusessem programas mais modestos e prudentes”,³³ negando-se a aceitar qualquer tipo de acordo econômico que freasse ou impedisse as relações que uniam seu país à Europa, especialmente no que dizia respeito à Inglaterra, parceira comercial de longa data. Além disso, os delegados argentinos destacaram, durante a Segunda Conferência, a pouca importância do mercado estadunidense para as exportações do país do sul e destacavam como este aspecto da política exterior, naquele momento, era claramente pró-europeia.³⁴

²⁹ Ferreras, “El panamericanismo y otras ...”, cit., p. 167.

³⁰ É importante ressaltarmos que foi diante da arbitragem norte-americana que a Argentina e, em grande medida, o próprio Zeballos, enfrentaram uma significativa derrota diplomática por questões limítrofes com o Brasil.

³¹ Dentre as propostas, a única que obteve êxito foi a que previa a criação do Bureau Regional das Repúblicas Americanas que depois passou a ser designado como União Panamericana.

³² A Segunda Conferência Panamericana realizou-se no México e, assim como o fizera anteriormente, assumiu uma postura de enfrentamento a fim de que os EUA modificassem as tarifas de importação de lã que prejudicavam a Argentina, porém, sem êxito.

³³ Ferrari, Estanislao S. Zeballos ..., p. 19.

³⁴ Cfr. Delegación Argentina a la II Conferencia Panamericana 1901 "Informe que la Delegación de la República Argentina presenta a la Segunda Conferencia Panamericana", 26 de noviembre de 1901 (AMREC, II Conferencia Panamericana, División Política, Legajo III, Folios 159 a 197).

Em termos políticos, a atenção da chancelaria argentina estava fortemente voltada às tensões regionais, em especial às que envolviam questões fronteiriças com o Chile³⁵ e o Brasil³⁶ que chegaram próximas à situação de uma crise internacional, o que pode explicar ausência de textos na *Revista de Derecho, Historia y Letras* sobre as reuniões e, também, a grande quantidade de documentos e mapas encontrada no arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Argentina.

A análise da documentação diplomática nos mostra, ainda, uma mudança nas referências de Zeballos em relação à concepção de guerra, industrialização e diplomacia europeia, pois, diferentemente do que notamos à época da criação da *Sociedade Científica Argentina*, em 1872, quando a capacidade expansiva e transformadora do colonialismo britânico lhe parecia atraente; em 1889, o avanço contínuo do Estado Alemão sob a condução de Otto von Bismarck, impondo aos países europeus seus critérios em relação às áreas coloniais questionava o monopólio britânico nos territórios ultramar. A crescente aproximação dos ideais difundidos pela diplomacia alemã, indicam uma tentativa do chanceler argentino em reproduzi-la no contexto sul-americano de forma imediata e, no interamericano, em outro plano, ambas marcadas pela busca do protagonismo argentino³⁷ no âmbito das relações exteriores.

Assumindo uma posição de enfrentamento em relação à ingerência norte-americana, a partir de 1904, a revista de Zeballos passou a apresentar de forma detalhada as transformações pelas quais passavam os EUA com ênfase na disputa das eleições presidenciais travada entre Theodore Roosevelt e Grover Cleveland. Com a eleição de Roosevelt, podemos notar que o interesse de Zeballos em esmiuçar o alcance da política exterior norte-americana se ampliou e a *RDHL* passou a contar com análises, tanto de sua autoria quanto de vários políticos e pensadores americanos, centradas no impacto que essa política teria sobre os interesses hegemônicos argentinos no Cone Sul e sobre

³⁵ A questão gravitava em torno do Tratado de 1881 que fixava os limites precisos entre os dois países ao longo de toda sua fronteira comum. Assinado em Buenos Aires por Francisco de B. Echeverría, côsul-geral do Chile em Buenos Aires e por Bernardo de Irigoyen, Ministro das Relações Exteriores da Argentina, demarcou as fronteiras no sentido norte ao sul pelo cume mais alto da Cordilheira dos Andes a partir da divisão das águas. O Estreito de Magalhães foi considerado território neutro e a Terra do Fogo passou a domínio chileno em sua parte ocidental e, argentino, na oriental.

³⁶ Especialmente o litígio em torno da região das Missões.

³⁷ Nessa linha interpretativa, Rogelio Paredes afirma que o reconhecimento da República Brasileira se deu com o intuito de dotar a Argentina de prestígio diplomático aportado por um acordo com a maior potência territorial sul-americana e para resolver, ao mesmo tempo, a questão de limites da região das Missões Orientais. Ver: Paredes, “Estanislao Zeballos canceller...”, p. 115.

os aliados da Argentina na Europa, em diálogo com as mudanças de rumo que se operavam no cenário internacional.

Em 1906, a revista trouxe o artigo do ministro do Supremo Tribunal Argentino, Adolfo Sánchez, intitulado “Solidaridad latinoamericana”,³⁸ no qual defendia a cooperação entre os países da América do Sul como forma de impedir ações imperialistas na região. A união não deveria levar em conta interesses individuais, mas o benefício mútuo através de uma aliança defensiva, marcada pela cooperação diplomática, apontada como a mais eficaz forma de defesa.

Segundo Sánchez (1906), para que a aliança prosperasse era importante a não intervenção de potências estrangeiras em assuntos da América do Sul, demonstrando especial preocupação em relação aos Estados Unidos que, àquela época, estendia sua influência na região:

Es necesario y conveniente expresar de manera elocuente y viril a los Estados Unidos que no estamos dispuestos a aceptar su tutela imperialista y deprimente de nuestras naciones civilizadas, dignas de ser respetadas por ellas como lo son por todas las más cultas potencias del mundo. Europa.

Posicionamento semelhante foi adotado pelo chileno Vicuña Subercasseaux, quem defendeu a integração entre os países da América do Sul sem a interferência estadunidense. Em “El congreso panamericano de Rio” questionava se a América do Sul precisava dos Estados Unidos, pois entendia que as ações norte-americanas se articulavam de forma a construir um protetorado no continente sob a justificativa da cooperação, ou seja, do pan-americanismo.

Não obstante, A *RDHL* também abriu suas páginas à publicação do artigo o artigo “El verdadero objecto de la unidad pan americana”, do secretário de Estado norte-americano Elihu Root, que resumia o discurso do senador John W. Daniel defendendo ações que colaborassem para a consolidação do pan-americanismo apresentado a partir de uma perspectiva de integração dos Estados Unidos aos demais países do continente americano. Como entusiasta da Doutrina Monroe, Daniel propagava a ideia de que os EUA deveriam estabelecer maior influência entre os demais países americanos a fim de minar as relações que aqueles mantinham com a Europa:

Así, al asumir nuestro acto político, que tiene por objeto advertir a Europa, en consonancia con la doctrina Monroe, que parte del territorio de Centro y Sur América, aparecemos como relativamente ajenos a estas Repúblicas, en cuanto Europa tiene con ellas relaciones directas.³⁹

³⁸ Sánchez, “Solidaridad Latino-americana. Problemas externos e internos”, pp. 147-157.

³⁹ Root, “El verdadero objeto de la unidad Pan-americana”, p. 124.

É importante destacarmos, ainda, a transcrição de discursos de diplomatas do período, como Joaquín D Casasús, embaixador do México; Joaquim Nabuco, embaixador do Brasil; Joaquín Calvo, ministro da Costa Rica e Ignacio Calderón, embaixador da Bolívia sob o título: “Importancia de la Conferencia Panamericana de Rio de Janeiro”, cujo teor indica uma aproximação ao modelo de Pan-americanismo liderado pelos Estados Unidos. Segundo a perspectiva apresentada por Joaquín Casasús, as ações do pan-americanismo promoveriam a união entre as nações do continente de forma pacífica e os Estados Unidos tinham um papel importante no processo de trocas mútuas, que permitiriam o desenvolvimento do continente, especialmente no movimento civilizador ao levar ao mundo seus ideais de liberdade e suas instituições democráticas. Tal missão reforça a ideia da necessidade da cooperação entre os países visando seu desenvolvimento.

La América no podía distanciarse de este movimiento civilizador, Estados Unidos en el siglo XVIII le había enseñado al mundo cómo era posible que los pueblos vivieran y prosperaran gobernando a sí mismos, bajo la égida de instituciones libres, querían demostrar que era un vano intento de lograr que los pueblos del Continente, sin menoscabar sus riquezas y sin menoscabar su independencia, se acerquen para comprender mejor sus necesidades comerciales, y unificar su legislación en todo aquello que no perjudique sus intereses primordiales.⁴⁰

Quando a Terceira Conferência Pan-Americana foi realizada em 1906, não houve grandes mudanças na relação bilateral. No caso argentino, as relações comerciais “frias” com os Estados Unidos são explicadas porque as exportações foram direcionadas basicamente para o Mercado europeu e, como pondera Paradiso, “as desavenças com os Estados Unidos foram outra manifestação da Contencioso europeu-americano, só que, nesta matéria, o grupo dirigente mostraria menos rachaduras do que em outros capítulos. Quase todos eles colocaram-se ao lado do realismo ou pacifismo, optaram por proteger o vínculo privilegiado com a Europa em geral e com a Inglaterra em particular, o país de onde, como disse Carlos Pellegrini, 'pela força dos fatos somos aliados, uma aliança que geralmente é mais eficaz do que a verdadeira aliança política'”.⁴¹

Nesse sentido, afirmamos que a relação diplomática bilateral no período 1880-1914 foi condicionada pela relação econômica conflitiva que se desenvolveu acima. Até o início da guerra não havia Embaixada da Argentina em Washington ou embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires e representações diplomáticas eram liderados por enviados e ministros extraordinários plenipotenciários. A desconfiança prevaleceu, o que era

⁴⁰ *Ibidem.*

⁴¹ Paradiso, *Um lugar no mundo...*, p. 49.

uma expressão do sentimento anti-ianque da maioria da classe dominante argentina.⁴² Foram representantes argentinos nos Estados Unidos: Manuel Rafael García, Luis L Domínguez, Vicente G. Quesada, Estanislao S. Zebállos, Martín García Merou, Eduardo Wilde, Epifanio Portela e Rómulo S. Naón; os enviados estadunidenses eram: Thomas O. Osborn, Bayless W. Hanna, John R. G. Pitkin, William Buchanan, William F. Lord, Johan Barrett, Arthur M. Beaupré, Spencer F. Eddy, Charles H. Sherrill e John W. Garrett, sendo que o principal eixo das relações políticas e diplomáticas neste período giraram em torno do projeto pan-americano.

HISPANISMO X PAN-AMERICANISMO

Diante do exposto e baseado na extensa e importante documentação consultada junto ao Arquivo Zeballos, em Luján, na Argentina, notamos o surgimento de uma nova temática nos escritos de Estanislao Zeballos, no início do século xx, o hispanismo. Nesse sentido, sustentamos que, para ele, o hispanismo representava a nacionalidade argentina diante de duas ameaças: uma de desintegração nacional, diante do grande contingente imigratório e, outra, de desintegração da identidade internacional argentina, a partir da tentativa de intervenção dos Estados Unidos na região. A fim de evitar isso, Zeballos voltou-se à Espanha e a reconheceu como mãe pátria com o propósito de enfrentar o Pan-americanismo encabeçado por Washington que ganhava adeptos no continente americano e buscava se impor sobre a pretendida hegemonia argentina.

Naquele momento já sem poderio, a Espanha passou a ser chamada de “mãe pátria” espiritual das repúblicas, em franca oposição ao papel desempenhado pelo vizinho do norte. Conforme demonstrou José Luis Beired,⁴³ naquele ambiente de debate sobre a nacionalidade, produziu-se uma surpreendente mudança de posição em relação à herança espanhola na Argentina e sobre as relações que deveriam ser estabelecidas entre ambas as nações. Parte de um processo de circulação de ideias que conectou os dois lados do Atlântico, essa redefinição repercutiu sobre as representações das identidades nacionais e internacionais, mobilizando defensores e críticos da tradição hispânica.

Nicolas Shumway destaca a existência, no século XIX, de uma corrente que concorria com a anti-hispanista, defendia as mesclas culturais e se orgulhava

⁴² Uma interessante revisão acerca da visão de diferentes políticos e intelectuais argentinos sobre os Estados Unidos, pode ser encontrada em Viñas (1998). Para este período, ele reconstrói as visões de Groussac, Wilde, Cané, Quesada, Zeballos, Pellegrini, García Merou, Ugarte e J. B. Justo, quase todos com análises críticas e ácidas sobre o país do Norte.

⁴³ Beired, “Intelectuais, hispanismo e a reformulação ..., p. 47.

da tradição hispânica como nacionalista ou populista e a relacionou aos nomes de José Hernández, Olegario Andrade e Carlos Guido y Spano.⁴⁴ Para este historiador, o nacionalismo era, inicialmente, nativista, orgulhoso da herança hispânica e de sua mistura étnica e rejeitava o racismo “esclarecido” dos liberais argentinos. A perspectiva criollista também foi resultado dessa visão otimista acerca do passado colonial. Originando-se no campo literário, o criollismo utilizava-se da mitificação do passado e do discurso telúrico, e associava a colonização espanhola a um período positivo da história argentina, pois considerava que foi a partir da miscigenação com os espanhóis que surgiu o tipo gaúcho identificado, por esses intelectuais, como aquele que melhor representaria a nação argentina. Estas perspectivas foram, portanto, retomadas num momento crucial para a nação argentina.

A independência cubana simbolizou o fim do império colonial espanhol na América e contribuiu para que a constante hispanofobia argentina transitasse à uma hispanofilia, que alcançou sua máxima expressão à época do Centenário da Independência comemorado em 1910. Podemos enunciar alguns exemplos simbólicos que demonstram a mudança de orientação da Argentina em relação à “mãe pátria”, tanto no âmbito cultural quanto diplomático, como a supressão de uma estrofe do hino nacional argentino considerada ofensiva à Espanha, a presença de uma comitiva liderada pela infanta Isabel durante os festejos do Centenário da Revolução de Maio e a posterior adoção da comemoração do “Dia da Raça” em homenagem ao “descobrimento” colonial espanhol. Beired aponta, ainda, a importância da passagem do historiador espanhol Rafael Altamira pela Universidade de La Plata, inaugurando um novo ciclo para as relações científicas e culturais entre os dois países.⁴⁵

Estanislao Zeballos foi um defensor do hispanismo à medida que se tornou⁴⁶ membro da *Academia Argentina da Língua* e se empenhou em consolidar o castelhano como idioma oficial, contribuindo de forma direta para que o legado espanhol e a hispanidade fossem ressignificados a partir de uma perspectiva positiva, como aglutinador da nova identidade em processo de construção.

Por meio das ideias hispanistas, Zeballos pretendia promover a integração dos imigrantes espanhóis abandonando a posição hispanofóbica que assumira até aquele momento. A carga simbólica negativa foi voltada a outros grupos étnicos mais vulneráveis e com menor possibilidade de integração; por isso, entendemos que a revalorização positiva dos espanhóis, do “sangue ibérico”

⁴⁴ Shumway, *La invención de la Argentina...*, p. 32

⁴⁵ *Ibid.*, p. 51.

⁴⁶ Rafael Monner Sans foi colaborador da *RDHL* e, nas homenagens póstumas prestadas a Zeballos, fez questão de destacar que deveria ser lembrado como um eloquente defensor do hispanismo.

e da “raça hispânica”, tal como eram por ele enunciados, somente se deu de maneira fortuita às expensas da exclusão de outros contingentes imigratórios, aos quais foram atribuídas as características de exóticos e marginais.

Os preparativos para a grande comemoração do Centenário da Independência iniciaram-se com anos de antecipação, o que permitiu a chegada de propostas, informações e pedidos vindos de todos os cantos do país, os quais serviram como base para que as autoridades nacionais decidissem acerca dos locais onde seriam construídos estátuas e monumentos que deveriam representar fatos históricos importantes para a Argentina.

Os artistas da época buscavam identificação com momentos históricos que haviam marcado o século XIX e que continuavam vivos na memória dos contemporâneos, tais como a Revolução de Maio de 1810, a luta pela independência, a construção do Estado nacional e a consolidação da nação. A estratégia elaborada pelo governo para criar um ambiente que inspirasse o sentimento patriótico contou, a princípio, com dispositivos visuais, mas logo foi complementada pela expressão escrita por meio da produção poética sobre temas relacionados ao significado histórico do Centenário. Revistas e jornais publicaram obras de poetas de reconhecida trajetória e também de autores das províncias, os quais viam nos festejos uma oportunidade de fazer com que seus versos fossem ouvidos. Com este intuito, estimulou-se, ainda, a impressão de obras completas de notáveis intelectuais argentinos, além da publicação de documentos históricos e cartas geográficas que traziam as atualizações dos limites do país, e da inauguração de bibliotecas.

A *RDHL* publicou os discursos proferidos na capital federal como uma forma de exaltar o patriotismo inspirado pela data, os quais integravam uma seção intitulada “O Espírito do Centenário” e que teve continuação, durante os anos seguintes, porém, apresentando discursos proferidos nas províncias argentinas que apareciam sob o título de “Crônica Intelectual do Primeiro Centenário”.

No discurso de apresentação do curso intensivo de direito internacional privado na Universidade de Buenos Aires, Estanislao Zeballos afirmava, em 1911, que a temática abordada seria a nacionalidade. Pretendia discutir a situação da Argentina diante da alta cifra imigratória, do grande número de cidadãos cujos pais não eram argentinos, das discussões diplomáticas travadas a partir disso e aproveitava para tecer críticas ao governo nacional, indicando seus membros como o público-alvo de suas aulas:

Este curso interesa por consiguiente a los hombres de Estado de la República Argentina, que no ha completado su organización nacional, porque después de haber obtenido la independencia, de haber asegurado la libertad contra la dictadura y sancionado y promulgado las constituciones federal y provinciales, queda todavía en pie el gran problema substancial de la homogeneidad y

definición de la población, sin que nos hayamos preocupado de sus soluciones sino por movimientos parciales y espasmódicos.⁴⁷

A nacionalidade afluía, mais uma vez, como uma questão que se buscava definir e revelava, outrossim, a debilidade do estado argentino e o caráter ainda incompleto de sua organização política e institucional. Passados mais de vinte anos desde o início dos debates pela nacionalização dos estrangeiros a situação parecia não apresentar mudanças significativas.

De acordo com Zeballos, se constituía em um assunto que deveria interessar, sobretudo, aos estrangeiros, que acreditavam ser cidadãos europeus mas que, na realidade, não possuíam pátria alguma, já que não desempenhavam ação cívica para contribuir com o progresso de sua pátria de origem e nem para a que os havia acolhido. Entretanto, notamos que ele buscou dialogar com outro público, dirigindo seu discurso à juventude que ocupava os assentos universitários e que era composta, em grande medida, por filhos de imigrantes, considerados, elementos chave para a definição da nacionalidade:

El millón y docientos mil argentinos, hijos de europeos, que se hallan en este caso, están llamados a formar la cabeza de la columna, en la solución de tan arduos y complejos problemas y en las leyes orgánicas que requieren. Honrarán así a sus padres, cuya situación es injusta e incómoda en los hogares argentinos, porque esos hombres sienten la voluntad de ser ciudadanos legales, porque lo son ya en el hecho social y económico, en el derecho privado y solo les falta la consagración del derecho público! Yo no concibo nada más digno de la piedad filial que obtener algún día la carta de naturalización de sus progenitores, que tornar a los hogares con la doble alegría del que va a honrar a su padre y al nuevo ciudadano de la República.⁴⁸

A questão não era pertinente apenas aos “novos argentinos”, mas, também, a seus pais, cuja situação jurídica ainda era incerta apesar de radicados há muitos anos no país. E, mais uma vez, Estanislao Zeballos evocava sua naturalização. Cabe ressaltar que esta postura destoava daquela outrora enunciada por Alberdi, quem defendia que a manutenção da nacionalidade original dos imigrantes, tanto para eles, quanto para seus filhos, contribuiria para seu arraigo na América, sintetizada na proposta do jus sanguinis.

Zeballos enunciava, também, o caráter efêmero representado pelos festejos do Centenário e garantia que a naturalização dos estrangeiros, contribuiria para uma mudança profunda e permanente que atingiria as estruturas políticas do país, marcando o início de uma etapa mais madura e construtiva:

⁴⁷ Zeballos, “La nacionalidade”, pp. 299-300.

⁴⁸ *Ibidem*.

...en la República Argentina no existen organizaciones políticas de partidos permanentes, sino individualismos que pretenden dirigir la opinión pública, para los cuales sería el golpe definitivo la incorporación de cientos de miles de electores calificados de nacionalidades extranjeras en su origen. Todos los recursos (...) han sido agotados para despertar el espíritu público argentino en materia electoral. (...) La naturalización de los extranjeros producirá un sentimiento reflejo. ¡Entonces los argentinos por amor propio no les cederán la urna e irán a disputársela con voto!⁴⁹

Este discurso de Zeballos fora proferido em um momento emblemático já que, poucos meses depois, no ano de 1912, teve início a reforma eleitoral proposta por Roque Sáenz Peña e, em março daquele ano, foram realizadas em Santa Fé, as primeiras eleições sob seu funcionamento. O voto ainda não foi secreto, mas se deu em caráter obrigatório e foram utilizados registros militares, garantindo a eleição de Manuel Menchaca, representante do radicalismo, ao governo da província; dias mais tarde foram realizados pleitos para deputados nacionais em todo o país e, mais uma vez, em várias regiões, a União Cívica Radical voltou a triunfar.

A instauração do sufrágio universal masculino, secreto e obrigatório levou a uma forçosa ampliação da participação política das massas e, dessa forma, os filhos de estrangeiros nascidos na Argentina que, por conseguinte, eram cidadãos, se viram ser obrigados a votar. Contudo, a Lei Sáenz Peña era ainda bastante excludente, pois não permitia o voto feminino e nem dos inúmeros estrangeiros que viviam no país sem possuir a nacionalidade argentina. A proposta difundida por Zeballos, por sua vez, conservava-se a mesma desde 1887 e demonstrava ser mais democrática já que abarcava a grande maioria de homens maiores de dezoito anos.

A discussão em torno da nacionalização dos imigrantes foi, portanto, para Zeballos, uma forma de afirmação da Argentina como um estado nação coeso e homogêneo que ostentava o monopólio de força legítima, afirmado na derrota das dissidências provinciais, na sanção das leis laicas de educação e registro civil - que passaram às mãos estatais o controle da população até então dividido com a Igreja Católica - ; e pretendia fazer as vezes de um forte obstáculo para a conformação de uma identidade pan-americana nos moldes propostos pelos EUA com o intuito maior de fazer cumprir o destino argentino de controlar o sul do continente americano.

⁴⁹ *Ibid.*, pp. 301-302.

CONCLUSÕES

Neste artigo buscamos, a partir dos caminhos políticos e intelectuais percorridos por Estanislao Zeballos, compreender as relações internacionais argentinas em sua dimensão diplomática, cultural e intelectual, especialmente com os Estados Unidos no contexto das Conferências Panamericanas. Para isso, nos voltamos à possibilidade de pensarmos em uma trajetória particular que nos permitiu percorrer as instâncias da vida diplomática com o objetivo de investigar as esferas da formação estatal sem perder de vista questões como o hispanismo e o pan-americanismo, tomadas como identidades transnacionais.

Os diplomatas são atores de eventos de máxima confidencialidade para resolver questões importantes para seus Estados como disputas fronteiriças, por exemplo; mas também são representantes públicos de qualquer grande evento internacional, por isso, entendemos que estudar a definição das funções dos membros do serviço de relações exteriores nos convida a estudar de forma sistemática e dinâmica as posições da Argentina vis-à-vis as realidades continentais e mundiais no médio prazo.

O período abarcado em nossa pesquisa foi de suma importância para a conformação da política exterior argentina, pois durante a segunda presidência de Julio Argentino Roca (1898-1904), houve um intenso debate a respeito da "vida diplomática", como era chamada à época. As opiniões sobre o papel dos Estados Unidos no continente e a discussão sobre como a Argentina deveria se posicionar no contexto do avanço do país do Norte constituiu parte dele. Longe de ser uma polêmica isolada, em diversas ocasiões na Câmara dos Deputados e no Senado foi levantada a necessidade de uma reforma estrutural no corpo diplomático e houve a discussão de diversos projetos do que passou a ser chamado de "Direito Diplomático", promulgado em 1905, com a Lei 4711, a Lei Orgânica do Corpo Diplomático Argentino, feito este que contou com participação ativa de Zeballos.

Em nossas fontes figuram documentos oficiais, tais como os consultados no Ministério das Relações Exteriores e Culto e no Museu Roca, localizados em Buenos Aires e no Complexo Museográfico Provincial Enrique Udaondo, na cidade de Luján, também na Argentina; e no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Nesses arquivos encontramos os discursos de Zeballos enquanto chanceler argentino, os tratados de limites, as discussões acerca dos limites com o Chile, as legações argentinas na América Latina, os textos produzidos durante as Conferências Pan-Americanas, assim como os discursos do Barão do Rio Branco e a documentação oficial brasileira, o que nos permitiu reconstituir a atuação política e intelectual de Estanislao Zeballos no campo das relações internacionais entre 1889 e 1908. Mas também nos valem de outros tipos de fontes, como as reportagens jornalísticas publicadas no periódico argentino *La Prensa* e sua repercussão na imprensa brasileira e chilena durante

os anos de embate mais ferrenho entre estes países e, ainda, como a *Revista de Derecho, Historia y Letras*, a qual se constituiu num importante instrumento da ação política de Zeballos.

A escolha dessas fontes mostram os interstícios desses espaços e as margens de iniciativa individual que poderiam ser exercidas a partir de cargos oficiais do Estado. Dessa forma, contribuem com novas questões para estudar aspectos tão díspares quanto a dinâmica das secretarias estaduais, a configuração dos repertórios identitários e as decisões vitais dos diferentes atores. Além disso, corroboram nossa perspectiva de que a diplomacia não se dava apenas no campo político propriamente dito, mas transitava pelo cultural e se relacionava à prática intelectual.

A partir da figura de E. Zeballos conseguimos, portanto, compreender a complexidade de um mundo intelectual em ebulição, a heterogeneidade dos espaços de sociabilidade intelectual, as diversas representações sobre a questão nacional e a geopolítica, bem como delinear os perfis possíveis do trabalho diplomático. Pretendemos, com isso, nos somar aos trabalhos que buscam compreender a variedade de maneiras pelas quais os intelectuais se vincularam ao poder político, contribuíram para o desenho das instituições do Estado e estabeleceram pontes culturais além das órbitas nacionais.

REFERÊNCIAS

- Ardao, Arturo, *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*, Caracas, Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, 1980.
- Baggio, Kátia G., *A “outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese de Doutorado. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, 1998.
- Beired, José L. B.; Capelato, Maria H. R. y Prado, Maria L. C. (orgs.), *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. FCL-Assis-UNESP, LEHA-FFLCH-USP, 2010.
- Belloto, M. L. y Corrêa, A. M. M. (orgs.), *Bolívar, Simón: Política*, Rio de Janeiro, Ed. Ática, 1983.
- Berger, Mark T., “Civilizing the South: The US Rise to Hegemony in the Americas and the Roots of ‘Latin American Studies’ 1898-1945”, *Bulletin of Latin American Research*, vol. 12, núm. 1, 1993. DOI: <https://doi.org/10.2307/3338811>
- Bruno, Paula, “Estados Unidos como caleidoscopio. Ensayo sobre las observaciones de viajeros y diplomáticos argentinos del fin-de-siglo”, *Revista Complutense de Historia de America*, vol. 39, 2013.
DOI: https://doi.org/10.5209/rev_RCHA.2013.v39.42676
- Bueno, Clodoaldo, *Política externa na Primeira República. Os anos de apogeu (de 1902 a 1918)*, São Paulo, Paz e Terra, 2003.
- , “Do Idealismo ao Realismo: Brasil e Cone Sul no início da República (1889 – 1902)”, *Contexto Internacional*, núm. 12, 1990, pp. 71-82.

- _____, *Política externa na Primeira República. Os anos de apogeu (de 1902 a 1918)*, São Paulo, Paz e Terra, 2003.
- Etchepareborda, Roberto, *Historia de las relaciones internacionales argentinas*, Buenos Aires, Pleamar, 1978.
- Fausto, Boris y Devoto, Fernando, *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*, São Paulo, Editora 34, 2004.
- Ferrari, Gustavo, “Prólogo” en Zeballos, E. S., *Diplomacia desarmada*, Buenos Aires, Eudeba, 1974.
- _____, *Estanislao, S. Zeballos*, Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), núm. 09, 1995, p. 19.
- Ferreras, Norberto, “El Panamericanismo y otras formas de relaciones internacionales en las Américas en las primeras décadas del siglo xx”, *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, núm. 15, 2013, pp. 155-174.
DOI: <https://doi.org/10.46752/anphlac.15.2013.1431>
- Gilbert, J.; Legrand, C. y Salvatore, R., *Close encounters of empire: writing the cultural history of U.S.-Latin American Relations*, Durham, Duke University Press, 1998.
- Grejo, Camila Bueno, *Escrita em ação: intelectuais e nação na Revista de Direito, História y Letras (1898-1916)*, Tesis de doctorado em História, Universidade Estadual Paulista, 2016.
Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/137874>
- _____, “Hispanismo e identidade nacional nas páginas da Revista de Direito, História y Letras”, *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, 23, 2017, pp. 219-237.
- Halperin Donghi, T., *Historia contemporânea de América Latina*, Madrid, Alianza Editorial, 1997.
- Marichal, C. y Pita, Alexandra, “Algunas reflexiones sobre la historia de los intelectuales/ diplomáticos latinoamericanos en los siglos XIX y XX. Introducción al dossier Intelectuales y diplomacia en América Latina”, *Revista de Historia de América*, núm. 156, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35424/rha.156.2019.235>
- Morgenfeld, Leandro, *Vecinos en conflicto. Argentina y Estados Unidos en las Conferencias Panamericanas (1880-1955)*, Buenos Aires, Ediciones Continente, 2011.
- Paradiso, José, *Um lugar no mundo. A Argentina e a busca de identidade internacional*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- Paredes, Rogelio. “Estanislao Zeballos canciller: entre la diplomacia colonial y la guerra moderna (1878-1908)”. In Fernández, Sandra; Navarro, Fernando. (orgs.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos en la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: Quinta Pata & Camino Ediciones, 2011, pp. 105-122.
- Root, E., “El verdadero objeto de la unidad Pan-americana”, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XXV, 1906, pp. 71-72.
- Sánchez, A., “Solidaridad Latino-americana. Problemas externos e internos”, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XXIV, 1906, pp. 147-157.
- Santos, Luís Cláudio V. G., *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*, Brasília, FUNAG, 2014.
- Scarfi, Juan Pablo, “La emergência de un imaginario latinoamericanista y

- antiestadounidense del orden hemisférico: de la Unión Panamericana a la Unión Latinoamericana (1880-1913)”, *Revista Complutense de Historia de América*, vol. 39, 2013, pp. 81-104. DOI: https://doi.org/10.5209/rev_RCHA.2013.v39.42679
- Shumway, Nicolas, *La invención de la Argentina. Historia de una idea*, Buenos Aires, Emecé, 2008.
- Terán, Oscar, “El primer antiimperialismo latinoamericano”, *En busca de la ideología argentina*. Buenos Aires, Catálogos, 1986, pp. 85-97.
- Weinstein, Barbara, “Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional”, *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, núm. 14, 2013, pp. 13-31.
- Zeballos, E., “La nacionalidad”, discurso inaugural del curso intensivo sobre la materia en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 5 de abril de 1912, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XXXIX, 1912.
- Zimmermann, Eduardo, “Los intelectuales, las ciencias sociales y el reformismo liberal: Argentina, 1890-1916”, *Desarrollo Económico*, vol. 31, núm. 124, 1992, pp. 545-564. DOI: <https://doi.org/10.2307/3466993>